

9.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas

16.06.2016

Ponto 1

Proposta de Abertura de Concurso Público para a Formação do Contrato de Concessão da Gestão e Exploração do Centro Cultural da Malaposta

Declaração de Voto

É lamentável o comportamento que acabámos de assistir, um comportamento em tudo semelhante ao que se passou em 7 de Fevereiro de 2013, na votação do processo de privatização da água. O método foi em tudo semelhante: quando a discussão não agrada ao PS e PSD, eis que surge alguém que “*salva a situação*” e requer que se passe de imediato à votação.

Foi o que acabámos de presenciar, para de forma inusitada cercear a liberdade de discussão e de contestação de uma decisão errada, que acabou de ser aprovada com os votos do PS e PSD – a decisão de privatizar o Centro Cultural da Malaposta. A censura e a “lei da rolha” deviam estar definitivamente afastadas do debate político.

A Constituição da República Portuguesa determina, no seu artigo 78º que todos os cidadãos têm o direito à fruição cultural e têm também o dever de o preservar e valorizar o património cultural.

O Centro Cultural da Malaposta é uma referência no concelho de Odivelas, na Área Metropolitana da Lisboa e no País. Desde a sua inauguração, em finais de 1989, foram apresentados centenas de espetáculos de teatro, dança e música, para além do cinema, das mostras, das oficinas, das exposições de pintura, de escultura, de fotografia e dos debates de ideias e teorias. Numa perspetiva de dinamização cultural e de cooperação, os seus diversos e multifacetados espaços eram cedidos, todos os anos, por inúmeras ocasiões, a escolas, associações, coletividades e/ou agentes socioculturais.

A proposta que nos foi presente para deliberação “rasga” e destrói por completo todo este conceito e entendimento de cultura e de serviço público cultural. Assenta única e exclusivamente na justificação da diminuição de despesa, o que aliás fica por demonstrar, e é suportada em estudos estritamente economicistas.

Se quisermos caracterizar o “politicamente correto” que ainda subsiste nos dias de hoje, podemos discernir facilmente que nele se identifica a tentativa de justificar decisões eminentemente políticas com estudos técnicos, pretensamente acima das opções políticas, arrogantemente neutros.

No assunto em discussão podemos afirmar que a maioria que gere o Município não resistiu à tentação!

Para justificar a decisão política de privatizar a Malaposta lá veio colado um estudo que comprovaria do ponto de vista de uma gestão acima das opções políticas, a correção e a justeza de uma decisão efetivamente política.

Importa aqui refletir sobre o verdadeiro papel de muitos desses estudos. Por um lado pretende-se com eles arranjar um “escudo protetor” para as opções políticas.

Por outro lado, lançando-se números em catadupa para cima da mesa, faz-se incrementar a “entropia” do sistema, tentando-se por esse modo aumentar a complexidade de análise e com ela aquietar as oposições políticas.

A receita não é nova: especifiquem lá o que querem que os números digam que, bem torturados eles acabarão por confessar!

Sublinhemos apenas duas das premissas que o estudo dos consultores destaca:

- A diminuição da taxa de analfabetismo no Concelho;
- O crescimento populacional contínuo no Concelho de 0,53%;

Como ponto de partida é também colocada a ideia de que não há pessoal qualificado nos quadros da CMO para o desempenho das funções exigidas.

É claro que se trata de premissas questionáveis mas não na ótica deste estudo, até porque o seu objetivo específico, conforme confessado na pág. 4 é... e passamos a transcrever *...“fundamentar a opção pela concessão”...*

Não valia a pena: por vezes as opções políticas são apenas isso mesmo: opções políticas. E aqui a opção da maioria foi abdicar do papel para o qual foi eleita. É isso que decorre da sua não participação na programação e conteúdos das atividades a realizar pelo privado e da alienação deste equipamento único no Concelho.

As palavras às vezes são traidoras, ou seja, confessa-se que o objetivo é, nem mais nem menos, justificar uma opção política.

E, bem torturados, os números confessaram que era de prever o seguinte:

- + 10% nas receitas de exploração, com particular relevo para as receitas de bilheteira do teatro;
- - 10% nos custos de exploração, graças a uma racionalização não especificada
- - 50 % de custos com pessoal, por comparação com os valores de mercado.
- A CMO deve pagar 281 000 € por ano e durante cinco anos, o que faz ascender o total a 1,4 milhões de euros o total a pagar ao privado.

E perguntamos: será que a Malaposta não merece melhor sorte?

É este o destino que esta maioria pretende dar ao sucessivo investimento público ali realizado? E a propósito: onde é que esse investimento público é tido em linha de conta no estudo?

E que atividades culturais e seu conteúdo vão ser promovidas?

E quanto aos preços de bilheteira são da exclusiva responsabilidade do privado?

Será que a Malaposta se vai também transformar num espaço de casamentos e batizados?

E o que define os limites da atividade do privado naquele equipamento?

Ao longo do debate nada disto teve resposta o que aliás faz aumentar a nossa convicção de que seria preciso rejeitar esta proposta e agendar uma discussão aprofundada sobre o assunto.

A cultura é uma área demasiado importante para estar em roda livre nas mãos de um qualquer privado.

Além dos 281 mil euros /ano a CMO terá ainda a responsabilidade de pagar a apólice de seguro do Centro Cultural, de cumprir o código de exploração e fica com a exploração de uma das empenas para fins publicitários e de divulgação.

Ainda quanto ao estudo apresentado, além de tudo o que foi aduzido durante o debate, o mesmo é inconcebível pois assenta em pressupostos duvidosos, para não dizer apresenta falsos argumentos, pois por um lado limita-se a justificar a opção política e por outro apresenta como vantagem, por exemplo, o “ganho” que a Câmara terá com a Derrama que a empresa concessionária pagará, sendo certo que nos termos do art.º 12º do procedimento para a formação do contrato poderá ser concorrentes as empresas que tenham ou pretendam ter sede no território português. Ou seja, nada garante que seja uma empresa com sede em Odivelas.

Quanto ao caderno de encargos, entre muitos outros aspetos, em nenhuma parte daquele documento a *marca* "Malaposta" está protegida, nem estão salvaguardadas as condições de acesso e fruição das escolas do concelho, pelo que se subentende que as escolas do concelho terão acesso à Malaposta nas condições de mercado que a concessionária entender praticar.

Também quanto ao caderno de encargos, no artigo 11º alínea d) é referido que é a Câmara Municipal que tem o encargo do pagamento do seguro referente ao Centro Cultural Malaposta, assim como todos os seguros inerentes à atividade. Se quanto ao seguro do equipamento não nos parece mal uma vez que a CMO é a proprietária do equipamento, já quanto aos seguros inerentes à atividade, mais parece que a CMO paga várias vezes e de diversas formas esta concessão e poderá ainda colaborar no desenvolvimento da atividade de concessionária.

Quanto ao acervo do cinema documental que a Malaposta tem à sua guarda, não consta do inventário, nem há qualquer referência ao mesmo, nem tão pouco, durante a discussão, a dúvida foi esclarecida ou aduzida uma justificação plausível.

No que ao programa de procedimento diz respeito, o artigo 13º é sobejamente esclarecedor. Para a formação do contrato, os concorrentes não podem estar ligados por qualquer modalidade jurídica de associação, o que significa, por exemplo, que clubes, associações culturais, grupos de teatro ou outras instituições do concelho possam associar-se para concorrerem.

Temos dito inúmeras vezes ao longo de todos estes anos que para nós, CDU, não entendemos os encargos em cultura e na promoção cultural, como uma despesa, consideramo-lo antes do mais um investimento e um bom investimento, que deve ser público.

Esta decisão do PS, mais uma vez apoiada pelo PSD, de privatização do mais importante equipamento cultural do concelho é seguramente a decisão mais importante e com maior significado político do PS neste mandato. Uma decisão que entendemos errada, inaceitável e contra a qual nos bateremos neste e em todos os locais onde nos for possível.

Pelo exposto o nosso voto, só pode ser o voto contra.

4

Odivelas, 16 de Junho de 2016

Os eleitos da CDU na
Assembleia Municipal de Odivelas